



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Diário da Sessão**

**XII Legislatura**

**Número: 35**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, sábado, 4 de de setembro de 2021**

**Presidente:** Deputado Luís Garcia

**Secretários:** Deputados Marco Costa e Tiago Branco

**Sessão Solene**

**Comemoração dos 45 Anos da Autonomia**

**SUMÁRIO**

A [Sessão Solene evocativa dos 45 Anos da Autonomia](#) foi presidida por Sua Excelência O Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, acompanhado na Mesa da Assembleia pelo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e pelos Secretários da Mesa.

Na Sala das Sessões encontravam-se presentes as Senhoras e os Senhores Deputados à Assembleia Regional dos Açores, o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*), as Senhoras e os Senhores Membros do Governo Regional, bem como o Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República (*Fernando Negrão*), em representação de Sua Excelência O Presidente da Assembleia da República, o

Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores (*Pedro Catarino*), antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional dos Açores (*Álvaro Monjardino, acompanhado da sua esposa, Fernando Meneses e Ana Luís, João Bosco Mota Amaral, Carlos César e Vasco Cordeiro*) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta (*José Leonardo Silva*).

Estiveram ainda presentes, como convidados, as Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República pelo círculo eleitoral dos Açores (*Isabel Almeida Rodrigues, Lara Martinho, João Castro, Paulo Moniz e Ilídia Quadrado*), bem como Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas.

Aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, pelas 11 horas e 45 minutos, proferiram intervenções alusivas aos 45 anos da Autonomia os Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (*Luís Garcia*).

A sessão terminou com a intervenção de Sua Excelência O Senhor Presidente da República.

Encerrada a sessão pelas 13 horas e 30 minutos, foram ouvidos o Hino dos Açores e o Hino de Portugal, os quais foram interpretados em língua gestual.

**Presidente:** Muito bom dia.

Em nome de Sua Excelência O Senhor Presidente da República, declaro aberta a Sessão Solene evocativa dos 45 Anos da Autonomia dos Açores.

*Eram 11 horas e 05 minutos.*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, da Representação Parlamentar do PAN.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sua Excelência, Senhor Presidente da República,

Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores,

Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República,

Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores,

Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores,

Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia Regional dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República,

Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional dos Açores,

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta,

Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas:

Esta cerimónia evocativa dos 45 anos da Assembleia Legislativa Regional dos Açores é um momento alto para todos nós, que aqui nos encontramos, eleitos para desempenharmos as mais elevadas funções de servir a causa pública e para as quais nos propusemos.

Curiosamente, alguns de nós, onde me incluo, sendo mais jovens que a consagração do Regime Político-Administrativo da Região, assumimos em consciência a continuidade do cumprimento de uma história que encerra, em si mesma, a essência da profundidade da identidade cultural dos Açores.

Contudo, nenhuma identidade se forja num dia e a entrega do estatuto provisório da Região, pela mão do então Presidente da República General Ramalho Eanes, no dia 4 de setembro de 1976, na inauguração da Assembleia Regional com sede na “Sociedade Amor da Pátria”, inaugurou uma história que nos cabe continuar a honrar.

Poderemos em certeza afirmar que a celebração do aniversário da Assembleia Regional faz parte integrante e inseparável da cronologia da própria Autonomia dos Açores.

Comemorar o aniversário do mais digno espaço destinado à democracia através da prática parlamentar é celebrar a dignificação da autonomia, não apenas na sua expressão material, mas sobretudo, intangível, como o maior valor inerente ao papel dos que pugnaram, antes de nós, pelo reconhecimento de uma verdadeira “consciência açoriana” e ao direito do povo açoriano em se autoadministrar.

É, solenemente, na Assembleia Legislativa que esses ecos da memória devem ser recordados e repetidos com o maior respeito pela identidade regional que vai muito mais além da questão político-administrativa. Pela sua consagração, a prática política deve observar as mais elevadas bases históricas da memória açoriana.

A “açorianidade”, expressão usada pela primeira vez por Vitorino Nemésio ainda sem cariz “autonomista”, veio a revelar, segundo as palavras do próprio autor, numa sintomatologia linguística na afirmação das especificidades arquipelágicas e do povo de cada ilha.

Em boa verdade, a afirmação desta cultura açoriana, da raiz única dos que habitam cada ilha deve conduzir-nos hoje e sempre no reconhecimento de cada ilha como um país, como uma originalidade, uma naturalidade muito semelhante a um segundo patriotismo.

A Assembleia não é apenas um espaço físico, mas simbólico, não está fixo, mas é plural. Semeado através das várias delegações, que lhe oferecem um cariz de representatividade arquipelágica e não apenas insular. Podemos olhar para as delegações como evocações de 9 realidades que é a soma exultada de um arquipélago.

Cabe-nos a nós, deputados eleitos por sufrágio universal e direto, elementos integrantes da Assembleia Regional, órgão representativo com competências legislativas e de fiscalização da ação governativa, a tarefa diligente de manter

a continuidade de uma autonomia que é per si gradual e progressiva e de carácter dinâmico.

É nossa a responsabilidade, através das ferramentas políticas que temos à disposição, garantir que o trabalho político e administrativo exercido nesta câmara, contemple a preservação de uma memória que, reflexo dessa açorianidade, se foi consolidando num património diversificado, único e singular.

A nossa autonomia está sempre em construção com um dinamismo próprio, impresso e em conformidade com as melhores práticas políticas de cada momento. Deve ser concretizada em medidas efetivas sem esgotar o seu impacto em questões “separatistas” ou que estimulem divergências nacionais e de soberania.

Mas o tempo nos mostrou que, se a Assembleia Regional for usada em pleno pelos atores políticos, com a honra e a coragem necessária para defender a nossa autonomia, criam-se inevitabilidades e divergências com os órgãos de soberania, sejam elas carregadas de simbolismo, como a famosa e polémica “guerra das bandeiras” ou carregadas de uma necessidade geopolítica, como a nova polémica referente à gestão marítima da Zona Económica Exclusiva dos Açores.

Espera-se, portanto, a todos os deputados e deputadas deste órgão regional, no quadragésimo quinto aniversário da nossa autonomia, que se use e que se esgote os poderes desta Assembleia – em pleno.

Em defesa do nosso Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, não há “guerra das bandeiras” que nos demova da nossa obrigação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Excelentíssimo Senhor Presidente da República Portuguesa,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República,

Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores,

Senhor Presidente do Governo Regional,

Senhores antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia Regional dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República,

E demais autoridades Civis, Militares e Religiosas, Açorianos,

Vou começar esta minha intervenção pelo mesmo parágrafo com que terminei, em 25 de maio pretérito, aqui nesta tribuna, o discurso comemorativo do dia da Região.

Foi sempre difícil viver nos Açores, desde o descobrimento das Ilhas até aos nossos dias, seria muito mais difícil se não fôssemos livres de decidir sobre os nossos destinos, as nossas políticas e as nossas ambições.

O mesmo é dizer que hoje estaríamos bem pior se não tivéssemos conquistado o direito de nos autogovernarmos, o direito à livre administração dos Açores pelos Açorianos.

Contudo, certamente estaríamos melhor se o tivéssemos feito de forma diferente.

Há, de facto, trezentas razões para não vivermos nestes pedaços de terra, mas há trezentas e uma razões para não os abandonarmos.

A Autonomia Constitucional, apesar das suas inúmeras e grandes virtudes, falhou com uma boa “maquia” dos Açorianos.

Da Autonomia Reivindicativa, passando pela Autonomia Progressiva e pela fase Cooperativa até à denominada Autonomia Tranquila, hoje há quem chame de dinâmica, em todos estes estádios, ela falhou, não por falta de

poderes, não por falta de recursos, não por falta de aprofundamento das suas instituições, ela falhou com muitos e demasiados Açorianos porque exerceu esses poderes e consumiu esses recursos de forma errada, despesista, mal direcionada e assim incapaz de gerar riqueza que tirasse do fosso da pobreza resiliente essa grande parte dos Açorianos e mergulhando nela uma outra boa parte dos então remediados.

O mesmo é dizer que o sistema autonómico encerra em si uma mão cheia de virtudes sem as quais certamente estaríamos ainda pior, mas também desenvolveu uma outra mão cheia de viciosas políticas dirigistas, estatistas e perdulárias que deixaram esta região atrasada em relação a outras regiões do nosso país e ainda mais atrasada no contexto dessa organização internacional a que pertencemos e que se designa União Europeia.

Esta Autonomia falhou, na educação, no emprego, na igualdade de oportunidades. Mas, falhou, principalmente, na construção de uma comunidade política, custe a quem custar, os Açores são hoje uma manta de retalhos geográfica, presos uns aos outros por pinças de euros e engalfinhados em ressabiamentos e bairrismos bacocos.

Falhou porque tem sido “urdida” nos gabinetes em vez de ser discutida nos cafés, nos adros das igrejas ou nas reuniões de condomínio.

Falhou porque temos as taxas mais elevadas de abandono escolar precoce;

Falhou porque temos mais de quinze mil Açorianos dependentes do Rendimento Social de Inserção e sem alternativa de subsistência à vista;

Falhou porque outros tantos estão em programas ocupacionais, prorrogados sucessivamente ano após ano e que não passam de um outro tipo de Rendimento Social de Inserção, mas com as pessoas ocupadas em funções do estado, da região, das autarquias e das empresas, já é um avanço;

Falhou porque camuflamos, com sinais de aparente bem-estar, a pobreza resiliente de cerca de dois terços dos Açorianos, dois em cada três de nós é pobre;

Falhou porque temos índices de alcoolismo e de outras dependências muito acima da média nacional;

Falhou porque perdemos e continuamos a perder empresas e emprego privado a cada dia que passa;

Falhou porque as políticas socialistas não criaram condições de investimento para todos privilegiando apenas alguns e sempre os mesmos;

Falhou porque distribuímos os recursos da Região, do Estado e da União apenas por alguns sem fiscalizarmos o que desses recursos foi feito e quais as suas repercussões na economia;

Falhou porque as desigualdades sociais são maiores e falhou porque, principalmente, o acesso às oportunidades não é igual para todos.

Só há uma forma dos Açorianos se reverem neste regime que custou construir teoricamente e a conquistar politicamente, e esse caminho é o regime autonómico, contribuir para a melhoria de vida e para a prosperidade económica e social do Povo Açoriano.

No entanto, para se operarem essas mudanças, não basta aprofundar o regime, as suas competências e as suas instituições, são necessárias políticas diferentes, mais arrojadas, porventura mais liberais, capazes de potenciar a produção de bens transacionáveis e com isso a criação de mais economia e consequentemente mais emprego e bem-estar social.

Sem economia não há emprego, sem emprego não há bem-estar social e sem bem-estar social não há regime que resista.

Tarde ou cedo é por essa conta de deve e haver que os pródromos da decadência deste regime se denunciaram.

É necessário, por isso, fazer diferente para ter resultados diferentes.

Vivam os Açores mais livres

Vivam os Açorianos.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.



Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado José Pacheco, da Representação Parlamentar do Chega.

**Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, Senhor Representante da República, Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional dos Açores, Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República, Senhoras e Senhores Deputados Regionais, Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional dos Açores, Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta, Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, Minhas Senhoras e meus Senhores, Autonomia é algo que todo e qualquer ser humano ambiciona alcançar. Seja a autonomia física, a mental, até mesmo a espiritual, mas sem nunca esquecer a política. Por vezes até a chamamos de Liberdade e se calhar não estamos enganados.

Não temos uma Autonomia perfeita, temos a que podemos ter, aquela que soubemos ou pudemos alcançar. Certo é que se hoje aqui estamos, neste Parlamento Regional, é fruto de um enorme passo democrático já alcançado. Muito haverá por fazer, muita luta teremos de travar, mas o mais importante é tornar sólida a Autonomia que temos. Tudo se alcança com um diálogo constante, mas nunca será por uma disputa de quem grita mais alto. Esta não é uma discussão de surdos, mas sim de justiça e equilíbrio do nosso país.

Antes de falarmos em centralismos devemos olhar para dentro de casa e tentar perceber se não usamos os mesmos métodos de ilha para ilha. Antes de acusar outros, teremos de nos acusar a nós próprios, num exercício

construtivo de autocritica, ultrapassando todo e qualquer bairrismo, unindo aquilo que já o mar separa.

Também é certo que não podemos cantar vitórias autonómicas quando vivemos numa das regiões mais pobres de Portugal, quando se alimenta a pobreza com mais pobreza, de programa em programa, de medida em medida, enquanto o dinheiro houver, até que todos nos cansemos. Há que inverter o sentido político e social desta autonomia, ganhando coragem para que este paradigma seja alterado definitivamente. Não precisamos de mais pobres e muito menos de novos pobres que o poder político alimentará quando já não houver remédio social ou económico.

Também não se compreende como pode um pai pedir que um filho cuide da sua vida, que seja autónomo, mas deixar lá em casa um tio a vigiar constantemente os seus passos. Não compreendemos o papel do Representante da República na Autonomia Açoriana.

Senhor Presidente da República e todos presentes:

Estas são as ilhas dos Açores, terra banhada pelo sal do mar, pela insularidade que a geografia nos obriga. Terra de gente pacífica, trabalhadora, temente a Deus e com forte sentido de família e comunidade.

Gente corajosa no ingreme das montanhas, nos cornos de um touro, no árduo trabalho de desbravar a terra, do retirar o leite do animal ou até pensar Portugal, mesmo no dia que se sentem mais esquecidos.

Somos diferentes no falar, no sentir, nas nossas vivências, cultura e espiritualidade. Não somos, garantidamente, cidadãos diferentes por estarmos mais distantes do poder central, das decisões políticas do nosso país.

Senhor Presidente da República e a todos os portugueses, é bom relembrar, e nunca o será em demasia, que aqui também é Portugal.

Viva os Açores, Viva Portugal.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PPM, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Regionais,

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, em representação de Sua Excelência O Presidente da Assembleia da República,

Excelentíssimo Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores,

Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional dos Açores,

Excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Assinalamos hoje, no nosso Parlamento, os 45 anos da nossa Autonomia. A implementação de uma fórmula de autogoverno do Povo dos Açores representa um marco fundamental na nossa História.

A partir de 1974, na verdade muito antes, a questão que se colocou ao país foi a reconfiguração do seu espaço territorial e político. Alguns chegaram a temer o regresso às velhas fronteiras medievais anteriores a 1415. Ao contexto de um reino meramente peninsular. Pouco maior que a Andaluzia atual.

A verdade é que o processo autonómico encontrou uma solução, duradoura e estável, que responde às aspirações de autogoverno dos povos açoriano e madeirense e garante, em simultâneo, a unidade da nação portuguesa.

Mais que isso. Garante o tal país de 4 milhões de Km<sup>2</sup>. Um país feito de mar, assim como a nossa História e o nosso futuro.

É necessário continuar a aperfeiçoar o sistema. Garantir aos órgãos de governo próprio da Região mais competências em matérias em que é possível continuar a descentralizar o Estado. Em que é possível fazer melhor.

Meus Senhores!

Depois de todos estes anos no Parlamento aprendi algumas coisas úteis a respeito de discursos de 5 minutos. Não se deve tentar dizer muito com tão pouco.

Também sei que alguns farão aqui a História da Autonomia e que outros aproveitarão o momento para saldar contas antigas. Prevejo, também, apesar de estar em causa a comemoração de um evento histórico, que alguns dos oradores não deixarão de desenhar os seus discursos apontando, quase exclusivamente, a um futuro muito concreto e relativamente próximo: o dia 26 de setembro de 2021.

Deixo tudo isso para quem tem mais tempo. Vou centrar este discurso numa única temática: o fim da proibição dos partidos regionais.

A proibição dos partidos regionais é uma espécie de pecado original desta autonomia. Importa discutir esta matéria. O Presidente da República não me levará certamente a mal que o cite, neste discurso, a propósito desta temática. Só o faço na medida em que concordo com a sua posição. Concordo com o que disse. Concordo com o que escreveu. Não cometo assim, estou certo disso, nenhuma deselegância em relação a quem, com a sua presença, honra esta sessão comemorativa.

Num Colóquio organizado pela faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1996), a propósito da “Problemática Constitucional das Regiões Autónomas”, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa realizou uma intervenção no âmbito da seguinte temática: “A proibição de partidos regionais: norma atual, norma a eliminar ou norma caída em desuso”.

Na intervenção que então realizou, começou por descrever a origem da inclusão da norma em questão na Constituição da República Portuguesa. Testemunhou que “trata-se de uma norma que foi incluída na Constituição logo na sua versão original, mas sem grande debate”.

Conta que foi ideia do Dr. Vital Moreira e que “caiu do céu no momento da redação final do texto constitucional, nas disposições finais e transitórias. Apareceu sem ter sido precedida de debate, sem ter por base qualquer projeto ou quaisquer discussões, na generalidade ou na especialidade, vindo por isso mesmo a ter uma inserção sistemática um pouco absurda”.

Tendo em conta estas e outras apreciações, **o Professor Marcelo Rebelo de Sousa concluiu que “não se justifica a manutenção da proibição dos partidos regionais. Se há outros domínios em que se justifica uma firmeza clara em matéria de unidade do Estado Português projetada em dispositivos constitucionais, há dispositivos que são excrescências, a meu ver, em larga medida desnecessárias”.**

Vinte e cinco anos depois desta comunicação do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, a proibição de criação de partidos regionais mantém-se na Constituição da República Portuguesa.

A proibição de partidos regionais representa, na ótica das democracias europeias, uma restrição injustificada, desproporcionada e inaceitável aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Neste âmbito permito-me citar, a partir de agora, a argumentação produzida pela CEVERA a propósito da defesa do fim da proibição constitucional dos partidos regionais.

*O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEHD) tem sublinhado, de forma reiterada, o papel fundamental dos partidos políticos num regime democrático, os quais beneficiam da proteção conferida pelo artigo 11.º (“Liberdade de reunião e de associação”) e 10.º (“Liberdade de expressão”).*

*O Tribunal de Estrasburgo é claro ao determinar que os partidos regionais devem poder existir, inclusive partidos que visem essencialmente “debater em público a situação de parte da população do Estado” e que, portanto, não têm uma vocação propriamente nacional, mas antes circunscrita a uma área do território de um país.*

*É evidente que o disposto no artigo 51.º, n.º 4, da Constituição, ao proibir a constituição de “partidos que, pela sua designação ou pelos seus objetivos programáticos, tenham índole ou âmbito regional”, contraria a Convenção na interpretação que lhe é dada pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem TEDH.*

*Portugal é parte da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), tendo procedido à sua ratificação em 1978. Isto significa, pois, que está sujeito às obrigações que decorrem daquele instrumento jurídico internacional.*

*Assim, independentemente do lugar das normas contidas nos artigos 11.º e 10.º da Convenção na hierarquia das fontes no sistema jurídico português, uma coisa é evidente e absolutamente indesmentível: **face à jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) o Estado Português está em incumprimento das suas obrigações internacionais.***

Se me permite, Sr. Presidente da República, esta questão constitui hoje um imperativo político, legal e ético. Um imperativo democrático, Sr. Presidente. Por isso lhe peço que esteja ao nosso lado. Ao lado do Parlamento dos Açores na defesa do fim da proibição dos partidos regionais.

Nós, os partidos representados neste Parlamento, ou pelo menos uma grande parte deles, estamos, seguramente, a arranjar mais concorrência, mas estamos a fazer o que é justo. O que é democrático.

A alteração deste estado de coisas também é – permita-me V. Ex.ª afirmar – seu dever enquanto Chefe de Estado de um país que tem de ser livre e plenamente democrático.

Viva os Açores! Viva Portugal!

Disse!

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente da República,

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República,

Senhor Representante da República,

Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores,

Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa e do Governo Regional,

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República,

Senhoras e Senhores Deputados Regionais,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta,

Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas,

Evocamos hoje, solenemente, 45 anos da Autonomia nos Açores.

Neste dia é imprescindível lembrar todos e todas quantos lutaram para que a Autonomia dos Açores fosse uma realidade.

Lembro ainda todos e todas quantos lutaram pela democracia e pela liberdade. Que lutaram pelo fim da longa noite fascista que esmagou durante anos qualquer sonho de Autonomia nos Açores.

A Autonomia é também uma das conquistas de abril e é fruto também da Constituição que instituiu e a consagrou.

Uma região autónoma com uma democracia plena, uma região onde se trabalha com direitos, sem pobreza e sem desigualdades, onde homens e

mulheres são respeitados de igual modo, uma região que tem a preservação do ambiente e dos ecossistemas como pedra de toque, pode parecer uma utopia.

Mas é a utopia e a sua persecução constante que permitem a superação das injustiças que persistem. É ela que nos impele à atuação concreta pelas mudanças que têm de ser feitas hoje e no futuro.

A vasta maioria da população açoriana sofreu, ao longo de séculos, com um sistema feudal, com o isolamento, com a fome, com doenças e com a própria natureza. No entanto, aqui viveram e prosperaram grandes fortunas, proprietários e terratenentes.

Fizeram-se e fazem-se fortunas à custa da exploração. As marcas desse passado e desse presente subsistem sob a forma de profundas e injustas desigualdades.

Nem a chegada da democracia e da Autonomia as apagaram. Todavia, 45 Anos da Autonomia significaram enormes avanços sociais, económicos e culturais que importa saudar no dia de hoje.

Os Açores de hoje são incomparavelmente mais desenvolvidos. Não nos podemos esquecer nem embarcar em saudosismos de um passado que não existiu.

Apesar disso, os desafios que se colocam aos Açores na próxima década são colossais e foram agravados pela pandemia e pelos seus efeitos.

Para os enfrentar, os Açores não podem de modo algum enveredar por um caminho de desagregação, nem seguir o rumo atual.

Pelo contrário, é na constante busca pela justiça social, pela solidariedade, no desenvolvimento de serviços públicos capazes que estão o rumo certo.

Precisamos de uma economia diferente.

A economia que ainda subsiste é uma economia que leva, como ouvimos tantas vezes nos últimos dias, a que se exija o corte de apoios sociais para continuar a pagar salários de miséria em vez de, pelo contrário, melhorar condições de trabalho.



Este é um sinal claro de um tecido económico medíocre que não subsiste a não ser pela exploração da mão-de-obra barata. Uma economia que para sobreviver precisa que os trabalhadores sejam pobres e os desempregados miseráveis não serve aos Açores.

Só uma política diferente criará uma economia decente.

E este não é um desejo utópico, é possível, em primeiro lugar, havendo respeito por quem trabalha e através de um percurso concreto assente nos recursos e potenciais dos Açores.

Por exemplo, o potencial das aplicações inovadoras do conhecimento que temos sobre o mar, sobre o mar profundo, esse enorme recurso, como o desenvolvimento de instrumentos, produtos, patentes, é enorme.

Mas só com capacidade científica de conhecermos o que nos rodeia e de ombrearmos com os principais atores na investigação da mais desconhecida parte do planeta podem os Açores aspirar a ser pouco mais do que espetadores deste processo.

Isso exige dos poderes públicos uma profunda vontade de mudança. Essa mudança é preciso começar hoje. Não podemos esperar mais 45 anos!

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Senhor Presidente da República,

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores,

Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República,

Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores,

Senhor Presidente do Governo Regional,

Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional,

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República,

Senhoras e Senhores Deputados Regionais,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta,  
Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas,  
Açorianos,

“Antes morrer livres do que em paz sujeitos”. Frase escrita por Cipriano Figueiredo, em 1582, é um desígnio que merece ser lembrado quando passam 45 anos desde a confirmação da nossa Autonomia na lei fundamental do país. É, e tem de continuar a ser, a nossa máxima coletiva para enfrentar o presente e o futuro.

No trajeto histórico que percorremos, lidámos com constrangimentos de diversa ordem. Tanto resistimos ao centralismo, à procura e à pouca sensibilidade política do Terreiro do Paço para com as nossas ilhas como enfrentámos o isolamento, a descontinuidade geográfica e os avanços da natureza.

Construímos a nossa identidade coletiva à custa da nossa história e da nossa geografia, identidade essa destinta e particular no espaço português que foi a razão única e o substrato máximo da Autonomia Política e Constitucional, conquistada no pós 25 de Abril.

Em bom rigor, a consagração constitucional da Autonomia representou um reconhecimento político de que existem comunidades regionais com interesses próprios no contexto nacional.

Em momento algum, esses interesses próprios podem ser negligenciados, ou deixados à mercê de lógicas que condicionam, ou rejeitem, os princípios autonomistas que nos são tão caros.

Senhoras e Senhores,

Construímos os Açores de hoje, porque a nossa Autonomia deu-nos as ferramentas e os instrumentos que não tínhamos antes.

É certo que melhorámos bastante, mas devíamos ter feito mais e melhor.

Estudos independentes comprovam que os passos que demos não foram suficientes para sermos catapultados para os lugares cimeiros dos diversos indicadores económicos e sociais.

Nas áreas regionalizadas, como a educação e a saúde, onde pudemos decidir livremente sobre o nosso destino e tomar as nossas próprias decisões, ficámos aquém daquilo que se exigia.

Em tempo de balanços, é preciso pensar e refletir sobre a Autonomia que queremos para o futuro. Não podemos perder a oportunidade de melhor servir os nossos cidadãos.

Temos o compromisso comum de preparar hoje os Açores que queremos para amanhã que sempre virá.

Senhoras e Senhores,

A Autonomia da nossa Região, cujo 45.º Aniversário hoje comemoramos, não se pode ficar pelo que já se alcançou. Tem de se traduzir em resultados efetivos para as famílias açorianas. Tem de ser um instrumento ao serviço da mudança.

Um dos grandes desafios que se coloca hoje é o desenvolvimento efetivo da nossa Região.

É primordial apostar na educação profissional e na formação superior dos jovens que são o futuro dos Açores.

Precisamos de vozes críticas e de espíritos empreendedores.

Em primeiro lugar, o combate à pobreza estrutural que graça nos Açores é um imperativo ético e também se faz pela potencialização daquelas que são reconhecidas internacionalmente como as maiores riquezas da Região, seja a paisagem natural, como oferta turística, ou os produtos locais de excelência que podemos suportar gerando mais riqueza e melhor emprego.

Enfrentamos ainda hoje um problema que já fora identificado nos primeiros tempos da Autonomia, a superação dos nossos próprios condicionalismo territorial no que respeita aos transportes.

Aqui, convém salientar que a Autonomia Política se traduz também na capacidade de recordar a República das suas obrigações para com a Região, nomeadamente a de promover a correção das desigualdades derivadas da insularidade.

Mas, porventura, um dos maiores desafios que se colocam à Autonomia Regional hoje são os impactos que já se começam a sentir no domínio demográfico.

O desafio demográfico implica que todos nós, em parceria com a sociedade açoriana, no seu todo, encontremos as soluções para enfrentar o despovoamento populacional e possamos fixar populações nas nossas nove ilhas.

Senhoras e Senhores,

A situação política atual que se vive na Região Autónoma dos Açores é motivo de esperança numa Autonomia de melhores resultados no futuro imediato.

A existência de um Governo de coligação pluripartidário, após mais duas décadas de maioria absoluta, significa o enorme progresso no sistema democrático dos Açores.

É pela capacidade de diálogo, pelo compromisso político, e pelo pluralismo de opiniões que a Autonomia ganha mais força perante os desafios que os Açores atravessam.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

Acreditamos que os passos que se estão a dar nos Açores, hoje, colocarão a nossa Região no novo patamar de desenvolvimento e progresso a breve trecho.

Não esqueçamos, porém, a nossa missão coletiva, de que não se esgota no tempo, e que passa pela afirmação convicta dos valores autonomistas.

Esta missão exige muito de todos nós. Exige que lutemos por nós próprios quando há quem não reconheça as nossas dificuldades. Exige que lutemos pelas nossas causas, mesmo que haja quem não entenda a firmeza das nossas convicções.

“Antes morrer livres do que em paz sujeitos”, continua a ser o mote da nossa ação política.

O nosso compromisso é lutar para que este continue a ser o mote que as futuras gerações irão orgulhar-se defender nas próximas primaveras da nossa Autonomia.

**Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** (*PSD*): Senhor Presidente da República, Excelência,

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Excelência,

Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República,

Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores,

Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores,

Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República,

Senhoras e Senhores Deputados Regionais,

Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional dos Açores,

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta,

Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas,  
Açorianos,

Sentado num banco de madeira no Campo de São Francisco, em Ponta Delgada, o velho pescador, de pele severamente errogada e seca pelos anos de mar que trazia no corpo, olhava, sem esboçar qualquer expressão, para o vazio.

No meio do burburinho provocado pela imensa multidão, o velho pescador relembrava a alegria de outros tempos, em que acompanhado pela mulher e pelos dois filhos, ainda pequenos, reencontrava, ano após ano, o Senhor Santo Cristo dos Milagres, em domingo de festa.

Domingo da procissão grande, que carrega a imagem de Cristo flagelado ao coração e à alma de muitas mulheres e homens espalhados pelos passeios feitos de basalto negro das ruas da cidade.

Depois, pela noite dentro, deixavam-se ficar por ali, a admirar a iluminação do Santuário da Esperança, enquanto ouviam a banda filarmónica tocar no coreto e consolavam-se a passear por entre as bancas de venda espalhadas pelo meio da festa.

O velho pescador recordava a imagem dos filhos aos saltos e em grandes correrias, animados pelos reбуçados de açúcar e os assobios de barro feitos à mão, comprados, que provocavam sorrisos ternurentos na sua mulher.

Hoje, o velho pescador, viúvo e com os filhos emigrados, era um homem só. Apesar de pouco sair de casa tinha de vir neste domingo ao Santuário da Esperança pedir ao Senhor Santo Cristo que tratasse de um netinho, garantindo que o filho, e ele próprio, para o ano cá estariam para pagar a promessa.

Por entre a multidão, o velho pescador serenou ao ver a imagem do Senhor. A sua prece estava entregue.

Enquanto caminhava em direção a casa, o velho pescador, de alma apertada de tanta emoção, questionava-se como o tempo tinha passado tão depressa e

de como aquelas imagens de outrora, que espalhavam felicidade e alegria, agora não passavam de memórias de um tempo que jamais voltará.

Ao entrar na sua sala de estar, agora fria e silenciosa, o velho pescador deparou-se com pequena bandeira do Divino Espírito Santo caída sobre o tempo da modesta banca de madeira já pouco envernizada, talvez tombada por uma rajada de vento mais forte que as janelas mal vedadas não conseguiram segurar.

Enquanto endireitava a bandeira, o velho pescador lembrou-se que daqui a pouco mais de um mês, a cidade estaria novamente em festa e que tinha de começar a tratar da ornamentação do carro de bois, de consertar a carne, de arranjar o vinho, tratar da massa sovada, pois tinha prometido ajudar ao Manuel Madeiros, seu vizinho e longo amigo, no desfile da mordomia deste ano.

Já sentado no seu cadeirão, o velho pescador sorriu e agradeceu a Deus por ainda se sentir vivo e útil, pronto para trabalhar e estender as mãos num gesto de genuína partilha, a quem mais precisa. Tudo em louvor do Divino Espírito Santo.

Senhor Presidente da República,

Excelências,

É no Senhor Santo Cristo dos Milagres e no Divino Espírito Santo que o povo dos Açores, fustigado ao longo de séculos, por tempestades e terremotos, onde a efervescência da água aquecida pela lava dos vulcões se manifesta permanentemente, encontra o seu amparo e forças para nestas ilhas espalhadas a meio do Atlântico Norte, continuar a lutar contra as adversidades da vida e preservar uma forma de ser e de estar que é nossa. Só nossa!

O povo dos Açores, que agarrado a estas nove pedras de basalto feitas, gosta de sentir na pele a brisa que desliza pelos montes verdejantes das nossas paisagens, e de percorrer com o olhar o imenso azul do mar que nos rodeia, reassumindo constantemente uma alegria exuberante que lhe invade a alma,

que lhe faz sentir que tem uma origem, um porto de abrigo, uma identidade numa cidade, vila ou freguesia, que constitui um lugar único em qualquer uma das nossas ilhas.

O Povo dos Açores que dominou o gado bravo, revolveu a terra e entrou mar adentro na busca incessante por formas de subsistência.

O Povo dos Açores que, com o passar dos anos, conheceu novos meios de desenvolvimento, assente na fundação e dinamização de indústrias, no acentuar do comércio e na decisão de exportar o que produzia.

O Povo dos Açores que levou a nossa identidade para outras partes do mundo e que passou a sentir orgulho nisso.

Instituímos uma sociedade pronta para avançar com sucesso pelos percursos que os novos tempos impuseram e lutamos pelo direito de sermos nós a definir o nosso destino coletivo.

Por isso, muito cedo levantámos bem alto a nossa revolta contra todas as formas de centralismo.

Quando outros pretendiam subjugar a nossa vontade, remetendo-nos para um isolamento que prejudicava o nosso progresso, tivemos personalidades que se mantiveram firmes na defesa dos superiores interesses dos Açores e do seu povo, que não pedia ao Terreiro do Paço que fizesse, mas que ao menos nos deixasse fazer, na base da procura para mais e melhor desenvolvimento como bem venceu Aristides Moreira da Mota.

É com base nesta vontade de termos mais liberdade para administrarmos o que nos diz diretamente respeito, assente na nossa dispersão geográfica, no isolamento, nas nossas condições especiais de vida, bem mais difíceis geridas à distância para um estado uniforme e centralizador, e, claro, a nossa forma de ser, que se inicia um percurso pela luta pela Autonomia, que se mantém em permanente dinamismo.

José Bruno Tavares Carreiro, nos anos 20 do século passado, no Jornal Correio dos Açores, do qual foi fundador e diretor, não hesitou em reiterar a consciência açoriana da qual emana a construção da unidade dos Açores, para



proclamar de forma categórica a existência de ideais autonomistas e a afirmação da identidade açoriana, na defesa intransigente de um modelo político que combatesse as injustiças que Lisboa cometia connosco e fosse ao encontro das justas aspirações dos açorianos.

Sabendo de antemão que envolvendo o arquipélago da Madeira a luta pela autonomia ganharia uma nova dinâmica e maior pujança na denúncia das posições abusivas cometidas pelo poder central, pelo facto do produto do trabalho, dos povos insulares, ser utilizado frequentemente para obras no continente português, das quais não retiravam quaisquer benefícios, José Bruto Tavares Carreiro, em agosto de 1922, no Correio dos Açores, escreve editorial intitulado “O mal insulano”, com o fortíssimo subtítulo, “Se a Madeira quisesse”, do qual citamos o seguinte:

«Tudo isso pagámos, estamos pagando e continuaremos a pagar, englobados, como carneiros, nas sangrias do fisco, com a riqueza das nossas exportações sujeita a quantas sobretaxas se lembrem de lhes impor, continuando privados de tudo aquilo de que mais necessitamos, reduzidos à miséria vergonhosa de ter de pedir, como se pede uma esmola, esta coisa na verdade formidável – um subsídio para um hospital”.

Este editorial em que José Bruno Tavares Carreiro procura instituir uma voz unida em torno da defesa dos ideais autonómicos, administrativos, contra o centralismo, origina um forte impacto no arquipélago madeirense e a sua imprensa responde com um veemente “A Madeira quer!”.

Nos anos subsequentes continuamos na linha da frente na luta pela livre administração dos Açores pelos açorianos, consolidada no modelo de Autonomia assente na identidade do povo dos Açores.

Reafirmamos, por isso, com todo o entusiasmo e convicção, a nossa açorianidade, também retratada por Vitorino Nemésio, que exprime todo o sentir dos habitantes destas ilhas, marcado pelo seu ímpar trajeto histórico, geográfico, social e humano.

Com o advento da Democracia no nosso país, conquistámos o direito de sermos autónomos e, na sequência, de ver reconhecido na Constituição da República Portuguesa a existência de órgãos de governo próprio.

Nestes anos iniciais de autogoverno, os responsáveis políticos conheceram de perto as inúmeras dificuldades que a nossa população se deparava, fruto do seu isolamento, em fase da sua dispersão pelas nove ilhas da Região Autónoma e assumiram como prioridade, na sua ação, melhorar a qualidade de vida dos açorianos e unir o povo dos Açores.

A atuação dos Governos Regionais dos Açores, em autonomia constitucional, centrou-se, neste modo, no combate às profundas desigualdades sociais que se faziam sentir nas nossas ilhas, com acessos muito díspares a cuidados primários de saúde, à educação e ao emprego, tendo assegurado um forte investimento nas infraestruturas portuárias, aeroportuárias, hospitalares e escolares, entre outras, gerando, com o seu desempenho, um sentimento, no seio do nosso povo, que não se conhecia, entre si, e uma verdadeira união de que a melhoria da sua qualidade de vida era um objetivo primordial, independentemente da ilha em causa, na sequência da estratégia assumida de defender e de fazer cumprir o desenvolvimento harmónico do nosso arquipélago.

O regime autonómico prestou consideráveis serviços aos Açores e ao nosso povo, sendo importante referir que foi o seu desempenho que arrancou as nossas ilhas, sempre esquecidas a meio do Atlântico Norte, a séculos de subdesenvolvimento e de profunda pobreza e que corrompeu com o péssimos de sermos geograficamente pequenos, tendo conferido orgulho a quem um dia aqui nasceu ou, por vontade própria, decidiu viver entre nós.

Com esta prerrogativa, reconhecida na Constituição da República, a de termos uma Assembleia Legislativa Regional e um Governo Regional, protagonizamos, ao longo dos anos, as tão desejadas transformações democráticas e conquistamos indícios importantes de prosperidade para o povo dos Açores.

Sr. Presidente da República,

Excelências,

Tal como aconteceu ao longo dos séculos em que vivemos nestas ilhas isoladas a meio do Atlântico Norte, as atuais gerações enfrentam momentos muito difíceis marcados pela presença de uma pandemia que persiste em levar tempo para nos deixar.

Mas, tal como sucedeu no passado, não temos quaisquer dúvidas em afirmar de que vamos ultrapassar, com sucesso, este período conturbado da nossa história.

Temos a certeza de que todo o esforço que tem vindo a ser desenvolvido, assente no espírito de sacrifício evidenciado por todas as açorianas e açorianos, irá ser, muito em breve, recompensado.

É que todos nós temos o compromisso de deixar, para os açorianos de amanhã, uma Região mais desenvolvida e que lhes alimente a esperança de fazer mais e melhor para que os Açores alcancem novos patamares de desenvolvimento que nos possam projetar para uma verdadeira dimensão de bem-estar, digna do desígnio que o nosso povo exige e merece.

Para honrar estes objetivos é imperioso continuar a defender os interesses da Região Autónoma dos Açores, pela via do diálogo com as diversas instituições e parceiros sociais, ajudar os que mais necessitam, desenvolver a educação, cuidar da saúde e promover melhor habitação.

Necessitamos, com a mesma intensidade, impulsionar a lavoura e as pescas, de permanecer ao lado dos empresários, captar investimento, apontar uma mobilidade inteligente, apoiar o turismo, a ciência e a cultura, ganhar o desporto, apostar na eficiência e na transição digital, proteger, com todo o vigor, o nosso mar, entre tantos outros domínios que se revelam essenciais para o nosso progresso, social, económico e cultural.

No dia em que comemoramos 45 Anos da Autonomia cumpre enaltecer o papel fundamental que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores assume no atual contexto político em que vivemos.

Desde as eleições legislativas regionais do passado mês de outubro, o centro da vida política açoriana passou a estar estabelecido aqui, no Parlamento dos Açores, órgão legislativo, por excelência, e fiscalizador da ação governativa.

Esta nova configuração partidária da Assembleia Legislativa, tem exigido um diálogo e uma concertação permanente entre todos os partidos políticos com assente parlamentar, que neste tempo novo, tem revelado sentido de responsabilidade e contribuído para um amplo debate que tem enobrecido o nosso sistema autonómico.

Num honroso compromisso de cumprir e fazer cumprir a Autonomia dos Açores, dignificando todos aqueles que no passado encetaram permanentes lutas, de cabeça sempre erguida para cravar a letras de ouro, no brasão de armas, a divisa “Antes morrer livres de que em paz sujeitos”, contribuímos todos, mas todos mesmo, neste Parlamento, para um amplo debate que se revela plural e deveras proveitoso para o desenvolvimento social, cultural, económico e financeiro, da nossa Região Autónoma dos Açores.

Do mesmo modo, assumindo que a Autonomia é um processo dinâmico e que está em permanente atualização para servir o povo dos Açores, esta Assembleia Legislativa deliberou, por unanimidade, instituir a Comissão Eventual para o aprofundamento da Autonomia, cujos trabalhos já tiveram o seu início.

Esta Comissão, tem assim o dever de apresentar soluções que permitam gerar uma Autonomia mais robusta, pronta a responder aos desafios dos novos tempos e que esteja ao serviço dos reais interesses da Região Autónoma dos Açores.

Precisamos de uma nova ambição para as nossas ilhas, que sirva os nossos interesses e que permita, com a nossa gestão, assente no conhecimento da nossa terra e das nossas gentes, implementar um modelo de desenvolvimento que se quer acima de tudo eficaz.

Por isso, essencialmente por isso, e ao facto do Presidente da Assembleia da República ter em maio, deste ano, conferido posse à Comissão Eventual para

a Revisão Constitucional, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores reitera que a Revisão Constitucional tem de contemplar o aprofundamento dos poderes políticos, legislativo e de representação das Regiões Autónomas.

É imperioso clarificar a natureza do Estado Português, assumindo que o Estado é regional, pelas suas regiões autónomas, eliminando-se a proibição da existência de partidos regionais.

A figura do Representante da República tem de ser extinta. Não está em causa a pessoa, nunca esteve, mas a natureza do cargo, com a adoção de uma solução inovadora quanto à distribuição das suas competências pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional e com a extinção de um processo de fiscalização preventiva da constitucionalidade, em relação aos diplomas regionais, substituída por uma fiscalização concomitante da constitucionalidade.

Necessitamos de ampliar as competências legislativas regionais, no sentido de uma concorrência legislativa entre as regiões autónomas e os órgãos de soberania no domínio da designada competência concorrential e estabelecer limites à Revisão dos Estatutos Político-Administrativos e às leis que regulam a eleição dos Deputados às Assembleias Legislativas por parte da Assembleia da República, a qual apenas pode incidir sobre normas que tenham sido objeto de iniciativa regional.

É da mais elementar justiça conferir, a cada uma das regiões autónomas, a competência para a eleição de um juiz para o Tribunal Constitucional.

Pugnamos por um limite de três mandatos consecutivos para a eleição de deputados às Assembleias Legislativas Regionais.

Exigimos clarificar as competências regionais quanto à gestão da zona marítima e espaço aéreo, adjacentes a cada Região Autónoma no quadro de uma gestão conjunta e partilhada.

Insistimos no reforço de competências das Regiões Autónomas no âmbito da cooperação externa, em particular quanto à macaronésia, conferindo-se às

Regiões Autónomas o direito de pronúncia, mediante a audição obrigatória, sobre questões que lhe digam diretamente respeito, bem como sobre posições do Estado Português no âmbito do processo da construção europeia, consagrando-se o direito de participação, mediante a representação direta nas instituições regionais e nos organismos do Estado junto da União Europeia, bem como de integração nas delegações nacionais envolvidas em processos de decisão europeus.

Ainda no âmbito da União Europeia é imperioso criar, para cada uma das Regiões Autónomas, um círculo eleitoral, plurinominal, para a eleição de Deputados ao Parlamento Europeu.

Propomos o aditamento de um artigo que consagre princípios autonómicos fundamentais, de entre os quais se destaca o princípio de que a Autonomia é um direito irrenegociável do povo açoriano e do povo madeirense, com carácter dinâmico e progressivo, que os direitos, atribuições e competências das Regiões Autónomas apenas podem ser suspensos nos termos gerais previstos para a suspensão da Constituição e que as Regiões Autónomas têm direito à justa compensação e à diferenciação positiva por parte do Estado, com vista à atenuação dos custos da insularidade e da ultraperiferia.

Preconizamos ainda que a execução da declaração do Estado de Emergência nas Regiões Autónomas, seja assegurado pelo Governo Regional e que em situações de pandemia, de calamidade pública, ou de grave crise de saúde, legalmente decretadas, as regiões autónomas possam interditar, de modo transitório, e enquanto se verificar a situação que lhe deu origem, o acesso total ou parcial ao território regional, por via marítima, ou aérea, ou impor restrições à circulação de pessoas e bens no território regional.

Senhor Presidente da República,

Excelências,

Recebemos hoje, aqui, no coração da Autonomia da Região Autónoma dos Açores Sua Excelência O Senhor Presidente da República Portuguesa, Senhor Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

É, para nós, uma grande honra receber o mais alto magistrado da Nação Portuguesa que recentemente iniciou o seu segundo mandato como Presidente de todos os portugueses, para o qual contribuiu o voto universal e secreto, com uma esmagadora maioria, dos nossos concidadãos, fossem eles residentes em Lisboa, no Porto, no Algarve, no Funchal, na Horta, em Angra do Heroísmo ou em Ponta Delgada.

E é perante V. Excelência que apresentamos os percursos que os novos tempos apontam para a nossa Autonomia.

Tal como o velho pescador, sentado no seu cadeirão se sentiu vivo e útil, pronto para trabalhar e estender as mãos num gesto de genuína partilha a quem mais precisa, a nossa Autonomia também tem de se sentir viva e útil, devidamente adaptada aos desafios que o nosso desenvolvimento apresenta e pronta para servir condignamente o povo dos Açores.

Só assim é que se cumpre Portugal aqui.

Viva a Autonomia! Viva os Açores!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente da República, Excelência,

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, Fernando Negrão, em representação de Sua Excelência O Presidente da Assembleia da República,

Senhor Representante da República para os Açores,

Senhor Presidente do Governo Regional,

Senhora e Senhores antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região,  
Álvaro Monjardino, Fernando Meneses e Ana Luísa Luís,

Senhor antigo Presidente do Governo, Mota Amaral,

Sr. Conselheiro de Estado e antigo Presidente do Governo, Carlos César,

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República e à Assembleia  
Legislativa,

Senhores Membros do Governo,

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta,

Sr. Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores,

Senhor Professor João Gonçalves, em representação do Senhor Reitor da  
Universidade dos Açores,

Reverendíssimo Vigário Geral, em representação de Sua Excelência  
Reverendíssima o Bispo de Angra,

Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas,

Ilustres convidados,

Açorianas e Açorianos,

Reunimo-nos hoje, aqui, em sessão solene, para celebrar o decurso de 45  
anos sobre a data da instalação da I Legislatura da Assembleia Legislativa da  
Região, então designada Assembleia Regional.

Fazemo-lo na presença de Sua Excelência O Presidente da República, a  
quem, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, partido  
maioritário nesta Câmara, saúdo, salientando a dimensão nacional que a sua  
presença traz a esta cerimónia.

Se o pretexto que aqui nos reúne é um ato, a ideia que aqui nos convoca vai  
bem para além desse ato, vai bem para além dos 45 anos que hoje  
celebramos.

Na abrangência e amplitude dessa ideia, podemos olhar para trás, podemos  
olhar para o caminho que percorremos, para o percurso que fizemos, para as  
batalhas que travámos, os sucessos que alcançámos ou as desilusões que  
enfrentámos.



Mas hoje subo a esta tribuna em nome do Futuro.

Do Futuro que se nos oferece prenhe de oportunidades e de desafios e de combates e de lutas nas quais, o que está e estará sempre em causa, é a forma como esta mesma Autonomia serve o Povo que lhe dá substrato anímico, que lhe dá o sopro de vida.

Não se vislumbre nesta abordagem, que vos convido a partilhar, qualquer desconsideração, qualquer falta de respeito ou falta de deferência para com o Passado.

A elencagem daquilo que a Autonomia democrática proporcionou ao Povo Açoriano é muito, é muito para caber nesta intervenção, ou mesmo, para caber nesta cerimónia.

Proporcionou-nos, desde logo, a responsabilidade de não cairmos no maniqueísmo de pensar que o único sucesso da autonomia, a única parte em que a Autonomia não falhou, foi a de permitir que nos sentássemos aqui...

Na Saúde, na Educação, na criação de riqueza, no progresso e no bem-estar social, nas infraestruturas e, até mesmo, na própria ideia de Região, na própria ideia de Açores, a Autonomia tem hoje um património riquíssimo para si própria e, não menos importante, um património riquíssimo para o País.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Tenho dito e hoje reafirmo-o: a Autonomia Regional é uma das grandes histórias de sucesso do Portugal democrático.

E assim é, em grande medida – atrevo-me até a dizer, de forma determinante –, porque essa Autonomia que hoje celebramos não é a Autonomia ideal de cada um, mas a Autonomia concreta que é pertença de todos, porque é em todos, na Oposição e no Governo de agora, como na Oposição e no Governo de outrora, que habita a força criadora resultante das propostas, das críticas, dos contributos indispensáveis à sua concretização.

Em suma, se hoje aqui estamos, é porque, antes de nós, já outros aqui estiveram.

Mas, à beira de completar meio século, julgo importante, se não mesmo urgente, fazer incidir a reflexão a que o momento convida, e a ilustre assembleia proporciona, no nosso devir coletivo.

Mais do que uma evidente e urgente necessidade atual e conjuntural, sabermos para onde se vai, e por onde se vai, assume, nos vertiginosos, mas desafiantes, tempos que correm, o caráter de verdadeira condição de sobrevivência.

Para já não falar de outras vertentes ou temáticas, refiro apenas o potencial conjugado que apresenta o efeito conjugado dos recursos disponibilizados pela União Europeia, quer no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, quer no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.

O montante total que os Açores terão ao seu dispor nos próximos seis anos – mais de três mil milhões de euros! –, é quase o dobro do montante que tivemos à disposição em igual período imediatamente antecedente.

As oportunidades, e também os riscos, estão bem patentes. E, de entre estes, o de desperdiçar aquelas, é, talvez, o maior de todos...

Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Autoridades:

A Assembleia Legislativa da Região tem em curso, desde a Legislatura passada, um aturado e aprofundado trabalho sobre uma componente importante do nosso futuro, a qual, sob a designação de reforma ou de aprofundamento da Autonomia, versa, em grande medida, embora não exclusivamente, sobre questões da sua conformação jurídica ou institucional.

Mas, também na Autonomia, há vida para além desta temática, por muito importante ou determinante que ela seja.

De entre as várias possíveis, salientaria aqui, com a vossa permissão, um conjunto de questões que aglomeraria sob uma preocupação transversal de sustentabilidade da Autonomia.

Algumas dessas questões são da nossa exclusiva e inteira responsabilidade. Outras, nem tanto.

A primeira componente dessa preocupação com a sustentabilidade da Autonomia, e que é da inteira responsabilidade açoriana, centra-se, exatamente, na componente financeira.

Desde a instituição da Autonomia Regional que a vertente do relacionamento financeiro entre as regiões autónomas e a República constituiu uma preocupação constante.

A uma fase em que esse relacionamento se processou de forma casuística, em 1998, foi possível, fruto de uma ímpar conjugação de vontade política e empenho autonomista, aprovar a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a qual se assume, indiscutivelmente, como um dos pilares da Autonomia Regional.

O mérito da repartição de poderes e competências que essa lei operou ficou comprovado, não só na estabilidade que passou a nortear um relacionamento que, até aí, era, em grande medida, determinado por humores conjunturais, mas também pela forma responsável e equilibrada como se utilizaram os poderes atribuídos por essa lei.

Em bom rigor, o mérito da Lei de Finanças das Regiões Autónomas ficou e está demonstrado em variadíssimas circunstâncias, desde logo, na prova de fogo da saúde das finanças públicas regionais açorianas que constituiu o tempo de chumbo da troika em Portugal: a Região Autónoma dos Açores foi a única a estar dispensada de um qualquer programa de ajustamento financeiro.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

E é por ser verdadeiramente essencial, por esta ser uma verdadeira condição de todo o demais desenvolvimento e exercício da Autonomia que aqui a trago como preocupação.

E neste contexto afigura-se adequado relembrar aquilo que é essencial:

A Autonomia, ao implicar opções por parte dos órgãos de governo próprio, implica, igualmente, custos que só podem ser por ela suportados.

E se não houver disponibilidade para assumir esses custos, sobretudo em matérias que estão regionalizadas, ou se face aos custos das opções legitimamente tomadas, se enveredar pelo facilitismo de os tentar remeter para outros, isso terá consequências graves quanto ao nosso futuro e ao futuro da nossa Autonomia.

Por muito tentador que seja o canto da sereia de serem outros a pagar o custo das nossas opções, esse é um caminho em que, a médio e longo prazo, já não estará em causa um simples custo, estará em causa a própria ideia, poder e capacidade da Autonomia.

Em nada isso se confunde com questões em que a solidariedade nacional e europeia pode e deve ser ativada, ou porque ainda foram devidamente assumidas, ou porque, face a circunstâncias excepcionais, como calamidades, é natural que assim aconteça.

Serve isso para realçar e salientar a essencialidade da saúde e rigorosa gestão das finanças públicas regionais, não só como valor em si mesmo, mas como condição para um exercício livre e cabal da Autonomia Regional, bem como para a sua credibilidade.

Um segundo desafio que julgo merecer atenção neste contexto, prende-se com as questões demográficas, como tal evidenciadas também pelos resultados dos últimos censos, com uma redução de população em todas as ilhas da nossa Região, em linha com o que aconteceu noutras regiões do País, e embora percentualmente bastante menos grave do que é evidenciado na vizinha Região Autónoma da Madeira.

Haverá, certamente, os que optem pela simplificação simplória desses resultados ou por leituras superficialmente partidárias dos mesmos ou das suas razões.

A importância do tema, os seus efeitos, e, sobretudo, a dimensão do desafio que, nesse âmbito, temos à nossa frente recomendam, vivamente, que assim se não proceda.

Após duas severas crises em dez anos, a primeira das quais com consequências devastadoras ao nível do emprego e do bem-estar social, a quebra populacional que já se vinha evidenciando em algumas das nossas ilhas generalizou-se às restantes.

Sabendo nós que não há passes de magia que resolvam este assunto de um momento para o outro e, sobretudo, que qualquer solução necessita de tempo para produzir resultados, gostaria de salientar, a este propósito, dois ou três aspetos que, no âmbito da componente Açores do Plano de Recuperação e Resiliência foram, no ano passado, definidos também com o objetivo de contribuir para vencermos esse desafio.

Refiro-me, em concreto, e de forma especial, às componentes da digitalização na Saúde – permitindo mais e melhor acesso e cuidados, independentemente da distância entre o fornecedor do serviço e o doente –, da Educação – reforçando as condições para um salto qualitativo em termos de qualificações digitais, não só dos alunos, mas também do corpo docente –, e da Habitação – com especial atenção às questões da recuperação da habitação degradada e construção de novas habitações para casais jovens.

Acresce ainda, nesse domínio, um conjunto de outras políticas setoriais de cuja conjugação depende, em larga medida, o sucesso.

É o caso dos transportes, do emprego, da competitividade e, até, da política fiscal.

Por último, o terceiro desafio no âmbito da sustentabilidade futura da nossa Autonomia tem a ver com a componente política.

Julgo ser curial considerar que, da parte dos Açores, da parte, desde logo, dos partidos políticos representados nesta Assembleia, há uma ideia clara dos caminhos pelos quais, nessa componente, se deve avançar.

Mas, mesmo sabendo que a Autonomia foi, e é, um processo de conquista, de reivindicação e de luta permanente, talvez não seja despropositado, passado quase meio século, perguntar:

E o País?

Há, exatamente, 20 anos atrás, aqui, nesta mesma sala, em cerimónia semelhante, o Presidente da República, Jorge Sampaio, afirmava, e cito: “a autonomia é um património colectivo de todos os portugueses, da Democracia e da República, que como tal deve ser valorizado.” Fim de citação.

E, por isso, este parece ser um momento tão bom quanto outro qualquer para perguntar:

O que pensa, o que propõe, que caminhos vislumbra, proactivamente, a República para o desenvolvimento da Autonomia Político-Administrativa?

A pergunta não é, nem pretende ser, uma provocação.

A pergunta parte, muito simplesmente, do quadro de objetivos que, desde 1976, e, salvo erro, sem qualquer alteração posterior, foi fixado na Constituição da República para a Autonomia político-administrativa: a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social, a promoção e defesa dos interesses regionais, o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

Dito de outra forma, perante este quadro de objetivos que, na sua maioria, são objetivos gerais do Estado e, portanto, incluem também as regiões, qual a abordagem que tem a República para o desenvolvimento das autonomias regionais?

É claro que podemos refugiarmo-nos na perspetiva que o País seguirá, ou pronunciar-se-á, sobre aquilo que as regiões propuserem.

Mas talvez isso seja pouco.

Talvez isso seja constrangedoramente pouco, como é constrangedoramente pouco quando, consciente ou inconscientemente, se reduz a questão a simples declarações de circunstância.

E é sobretudo pouco quando, lenta, mas progressivamente, ao longo destes 45 anos, temos vindo a assistir a não poucas nem disfarçadas tentativas de esquecer, e de fazer esquecer, a componente política da nossa Autonomia, procurando limitá-la, apenas e tão só, à componente administrativa.

E isso acontece, desde logo, em novas áreas de intervenção e de interesse estratégico, como aconteceu, por exemplo, quer com a aprovação inicial da Lei de Bases de Ordenamento e Exploração do Espaço Marítimo, em 2014, quer com as reações que, de vários quadrantes, surgiram em relação à sua primeira alteração, em 2021, a qual, neste momento, aguarda a pronúncia do Tribunal Constitucional, após um pedido de fiscalização sucessiva apresentado por deputados de vários partidos representados na Assembleia da República.

A isto acresce, por exemplo, a verdadeira obsessão com um aspeto que se reconhece central em todo este debate, mas que, mesmo que se considere que ele se justificou, por conveniência ou receios, em 1976, hoje, a evolução de 45 anos, a realidade pura e simples da dinâmica do exercício da autonomia, demonstram que está ultrapassado.

Falo-vos dessa cláusula geral e abstrata do carácter unitário do Estado, a qual, cada vez mais, parece servir de derradeiro e desesperado pretense argumento contra qualquer pretensão das regiões, quando tudo o mais, incluindo a razão, a lógica e o mérito, lhes são favoráveis e militam a favor da sua aceitação.

A história destes 45 anos, mas, sobretudo, a realidade que hoje é tão rica e tão diferente de 1976, não permitem, com razoabilidade, que essa trincheira unitária se mantenha por muito mais tempo.

Para esse efeito, mas sobretudo para a análise dessa dinâmica, e tendo em conta o que aqui está em causa, terá, porventura, utilidade recordar – e a nossa história destes 45 anos bem o demonstra! –, que também a Autonomia obedece à terceira lei de Newton...

Mas a razão pela qual julgamos também ter interesse a interpelação da República quanto ao que pensa sobre o desenvolvimento da Autonomia,

radica também na circunstância de, salvo melhor opinião, o nosso País, de uma posição de vanguarda no que respeita a este tipo de descentralização, ter perdido terreno face a outros países que, embora mais tarde, também optaram por seguir o caminho de descentralização política nos seus territórios.

É o caso da Espanha. Mas é também o caso da Itália.

Atrever-me-ia até a pensar, Senhor Presidente da República, que poderia Vossa Excelência, não só como mais alto Magistrado da Nação, mas, também, como antigo deputado constituinte e autonomista confesso, dar este novo impulso no País à causa da pedagogia das autonomias regionais.

Senhor Presidente da República, Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Autoridades:

Concluo esta intervenção com uma referência aos Pais da Autonomia: As mulheres e os homens Açorianos.

Sem eles, não teria havido Autonomia.

Sem eles, não haverá Autonomia.

E, por isso, nesta referência ao autêntico alfa e ómega desta aventura da Autonomia, sonhada desde há muito, e concretizada há bastante menos, resta o desejo de que todos nós, dentro e fora, desta sala, sejamos capazes de manter viva a chama do “orgulho intenso na palavra Açor”.

A isso nos impele o Sonho!

A isso nos obriga a História!

Disse.

*(Aplausos, de pé, dos Deputados da bancada do PS e das Deputadas à Assembleia da República Lara Martinho e Isabel Almeida Rodrigues)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vai usar agora da palavra Sua Excelência O Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores.



(\*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Senhor Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Excelência:

É para nós, para os Açores e para o país, uma subida honra o carácter nacional que a sua presença e participação confere a esta evocação da Autonomia e do Portugal Atlântico. Bem-haja pela sua participação!

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, em representação de Sua Excelência O Senhor Presidente da Assembleia da República,

Excelentíssimo Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Excelentíssimos Senhores antigos Presidentes do Governo Regional,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia Legislativa,

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente,

Senhoras e Senhores Secretários Regionais Membros do Governo Regional dos Açores,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta,

Excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas,

Sr. Presidente do Conselho Económico e Social,

Açorianos,

Evocamos nesta Sessão Solene 45 Anos da nossa Autonomia Política.

A aspiração autonomista da “livre administração dos Açores pelos Açorianos” obteve consagração constitucional em 1976, de um modo muito mais amplo do que aquela fórmula ancestral fora então entendida. Agora sim,

Autonomia Política, com órgãos de governo próprio, dispondo de poder político, legislativo, executivo, financeiro e fiscal.

Ao cumprirem 45 anos de motivadora atividade – a Assembleia Legislativa, hoje, e o Governo Regional, no próximo dia 8 – as instituições políticas representativas do Povo Açoriano demonstram, com evidência cristalina, ter vencido a prova do tempo e ombreiam nisso com a Democracia, implantada em todo o nosso País pela Constituição do 25 de Abril.

Para nós, Açorianos, este tem sido um período histórico inigualável!

Em pouco menos de meio século e numa época de profundas mudanças sociais e até de mentalidade, pusemos de pé a Região Autónoma dos Açores, resgatando as nossas ilhas e o nosso Povo de um esquecimento e de um atraso imerecidos.

Equipar os Açores, de modo a garantir, em todas as ilhas sem exceção, desenvolvimento, construindo portos, aeroportos, estradas, escolas, hospitais, lançando, assim, as bases para um desenvolvimento sustentável, foi a primeira prioridade. E, com a vontade de realizar um sonho de gerações, erguemo-nos em unidade, pela primeira vez, em mais de 500 anos, afirmando a nossa identidade como Povo dotado de personalidade própria. Também com universidade própria, pelo ensino superior, qualificação dos, e nos Açores, por Portugal inteiro.

Mas não ficámos por aí! A dignificação dos Açores e do Povo Açoriano tinha de ser levada mais longe, para além dos limites do nosso território, este território insular que tanto retém como liberta, correspondendo ao permanente apelo do horizonte marítimo à nossa volta.

Assim se batalhou e se conseguiu, em cada uma das sucessivas revisões constitucionais, sempre de sentido progressivamente autonomista, colocar a nossa Região Autónoma em lugar digno na orgânica do Estado Português. É que, com justiça e adequação constitucional, precisamos de aparecer junto dos mais altos órgãos do Estado (como é o caso, hoje, da presença dignificante de Sua Excelência O Senhor Presidente da República) como

entidade coletiva, com legitimidade para falar em nome do Povo Açoriano. E tal foi conseguido e tem de se tornar cada vez mais presente e natural!

Com a nossa Autonomia Política, tomámos, justamente, lugar na mesa das negociações internacionais com especial impacto sobre os Açores, correspondente à nossa importância geoestratégica, defendendo os nossos interesses peculiares e auferindo contrapartidas destinadas a apoiar os investimentos de que tanto os Açores careciam e carecem.

E foram movimentadas as Comunidades Açorianas nos Estados Unidos, no Canadá, no Brasil, no Uruguai, nas Bermudas e nas ilhas havaianas, para que dessem o seu contributo na afirmação da identidade açoriana nos países de acolhimento, projetando assim Portugal.

Logo a partir de 1978, colocámos a temática dos problemas específicos do desenvolvimento insular no quadro do processo de integração europeia, reclamando, em uníssono com os nossos parceiros, na conclusão das Conferências das Ilhas da Europa, realizadas em 1981 e em 1984, uma política europeia para as Ilhas, objetivo que viria a concretizar-se, com inegáveis vantagens para os povos insulares.

Podemos ainda orgulharmo-nos por termos liderado as Ilhas mais remotas na obtenção de um estatuto adequado, consagrado desde o Tratado de Maastricht, de 1991.

Ao abrigo do estatuto de ultraperiferia, já chegaram, aos Açores, desde a nossa entrada na então CEE, em 1986, perto de cinco mil milhões de euros, como ajuda a fundo perdido, correspondentes em média a 85% do valor dos investimentos, públicos e privados, levados a efeito na melhoria das nossas condições de vida.

É no plural que falo, porque a realização deste projeto teve diversas fases. Cada uma dessas fases com os seus protagonistas próprios, enfrentando e vencendo problemas e dificuldades peculiares a cada uma dessas fases.

A um período longo de maiorias parlamentares do PSD/Açores, sob a liderança governativa de João Bosco Mota Amaral, entre 1976 e 1996 (que

muito nos honra, aqui presente, e o primeiro Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores) seguiu-se um período ainda mais longo de maiorias do PS/Açores, repetido e repartido pelas lideranças de Carlos César e Vasco Cordeiro. A partir das eleições legislativas regionais de outubro de 2020 (o ano passado), arrancou uma terceira fase da dinâmica autonómica, desta feita pluripartidária, envolvendo a coligação do PSD com o CDS e o PPM, com acordos de incidência parlamentar com o Chega e a IL.

Esta maioria que assegura agora as condições de governabilidade na nossa Região Autónoma dos Açores está firmemente ancorada na legitimidade democrática do seu mandato, e igualmente, comprometida em exercê-lo.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

Exercê-lo ao serviço dos Açores e de Portugal, num clima de saudável, sereno e simultaneamente vigoroso pluralismo.

Os desafios que temos por diante são, naturalmente, diferentes. Para enfrentá-los com sucesso, colocamos, sem reservas, todas as nossas energias, sempre em diálogo entre nós e com o Povo, diretamente e com as variadas representações dos seus interesses, convictos da importância estratégica de mudar alguns dos paradigmas, em nome de um futuro mais promissor.

A crise pandémica veio agravar as dificuldades sentidas em termos de desenvolvimento humano nas nossas ilhas. Graças aos avanços verificados na vacinação, onde fomos diferenciadores e atentos à realidade das condições de cuidados de saúde em cada uma das nossas ilhas, foi possível ir aliviando as restrições anteriormente impostas. Há ainda um caminho a percorrer até atingirmos, como desejamos, condições normais de vida coletiva.

Como destino turístico, cada vez mais procurado, queremos acolher, sem restrições desencorajadoras, os nossos visitantes, impulsionando o turismo.

Entretanto, temos apostas fortes em execução para aproximar os Açorianos uns dos outros, independentemente da sua ilha de residência, da qual é referência o sucesso da “Tarifa Açores”, e reforçarmos ambiente propício à unidade, à coesão territorial e identidade de Açorianidade. Só em unidade podemos ambicionar ter sucesso na abordagem dos sérios problemas sociais que se estão sentindo nos Açores. Mesmo nos momentos evocativos e celebrativos, como é o caso, devemos identificar as nossas dificuldades, para as colocar no rumo das soluções.

Somos, no quadro nacional português, os mais propensos à pobreza, de resto muito espalhada na nossa sociedade.

Estamos nos primeiros lugares, infelizmente, quando se analisam os desníveis de rendimento entre as famílias, o que significa ser grande a diferença entre os Açorianos mais ricos e os mais pobres. A falta de oportunidades de emprego, sobretudo para os mais jovens, empurra-os para a emigração.

Temos números alarmantes de insucesso e abandono escolar e as nossas escolas surgem em lugares pouco honrosos nos rankings nacionais de resultados nos exames.

Com a precariedade instituída nas relações laborais, num ambiente geral de salários baixos, são ténues as expectativas de superação da situação de pobreza, mesmo para aqueles que trabalham. O elevador social tem de funcionar!

Os números preliminares dos Censos 2021 confirmam que algumas das nossas ilhas estão em processo de despovoamento, envelhecendo a população em termos globais, enquanto os nascimentos se reduzem.

A imigração é uma realidade nova, que não nos assusta, antes pelo contrário, tal é a necessidade de renovação das gerações nos nossos Açores. Mas a verdade é que até agora a imigração não conseguiu dar ainda contributo compensador da quebra da população.

É com este panorama que o atual Governo está confrontado e são estes os problemas que tem de ajudar a resolver, com o empenho do Povo Açoriano e a natural ajuda dos responsáveis Portugueses e Europeus.

Este é o grande valor e a virtualidade da Autonomia Constitucional! Não estamos sós perante os problemas, podemos e devemos contar com a solidariedade externa, que nos anima!

Mas a primeira responsabilidade em tal desafio é nossa, cabe ao Povo Açoriano! Esta é a lógica da Autonomia. Não ficarmos de braços cruzados à espera de que outros venham resolver os nossos problemas.

Somos nós que temos de corrigir o que está mal e levar por diante as iniciativas necessárias, contando com as solidariedades nacional e europeia.

A sociedade Açoriana e os Açorianos, individualmente considerados, têm de pôr cá para fora as capacidades que tão bem as Comunidades Açorianas do Novo Mundo revelam, com elevado espírito de iniciativa e grande capacidade de trabalho.

As comemorações do quase meio século de Autonomia Constitucional não podem ser apenas uma celebração efusante das nossas mais recentes aventuras como Povo, mas a oportunidade de renovarmos os nossos compromissos cívicos, para servirmos todos os Açores e Portugal, com firme determinação e esforço, quaisquer que sejam os sacrifícios necessários!

Na nossa mira estará sempre o futuro, lugar por excelência dos jovens, que queremos e vamos construir, com o envolvimento de todos, para os Açores em progresso, num Portugal e numa Europa em progresso.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República,

Excelentíssimo Senhor Representante da República,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia Legislativa,

Autoridades,

Quarenta e cinco anos depois, aqui estamos, prontos e determinados para um novo ciclo de desenvolvimento dos Açores, gerador de melhor coesão territorial, para que nenhuma ilha fique para trás, promotor de uma melhor solidariedade social, que proteja os mais pobres e mais frágeis da sociedade e um novo nível de riqueza e de emprego, que estimule a iniciativa privada, a liberdade de investimento e liberte a sociedade da dependência do Estado.

Uma melhor autonomia para o futuro é também uma autonomia que confie nos cidadãos e na sua capacidade, que estimule a criatividade, que crie condições para que os jovens se fixem nos Açores.

Precisamos de uma autonomia de responsabilização e de uma nova cultura de autonomia, mais adequada aos desafios do século XXI.

Uma autonomia de responsabilização entre a União Europeia, o Estado e as Regiões Autónomas. Uma autonomia de responsabilização entre as Regiões Autónomas, os Municípios, as Freguesias e a sociedade civil.

Como também deve refletir-se desejavelmente na próxima revisão constitucional, com intenso conteúdo autonómico, sem equívocos, dos quais se podem destacar:

- Definição do Estado como unitário, mas regional, com Regiões Autónomas (a realidade);
- Aprofundamento das competências legislativas das regiões autónomas, num quadro de concorrência legislativa com a República, em que a Constituição apenas definirá as competências legislativas exclusivas dos órgãos de soberania;
- Clarificação da gestão partilhada do mar;
- Eliminação da proibição da existência de partidos regionais;
- Extinção da figura de Representante da República num quadro de figurino do estado orgânico;
- Consagração de círculos eleitorais próprios nos Açores e na Madeira para as eleições para o Parlamento Europeu;

- Reforço das competências regionais quanto às relações externas, em particular no quadro da Macaronésia;
- Execução pelo Governo Regional da declaração do estado de emergência no território regional.

O futuro do regime autonómico político deve fazer jus à dimensão da sua conquista histórica.

É com este sentido de história que convocamos as novas gerações de açorianos para protagonizarem a autonomia de amanhã, a autonomia de futuro.

Como escreveu o poeta Emanuel Félix, “somos herdeiros da maresia/que salga os olhos de olhar o mar”.

Ao mar, vamos buscar a força que nos permite vencer novos desafios. Ao mar, regressamos, sempre, nos dias amenos, que nos tranquilizam os sentidos.

Tem sido pelo mar que nos definimos, dizendo, orgulhosamente: somos Açorianos e Portugueses, centrais entre o velho e o novo mundo.

Acrescentaremos pelo espaço a afirmação da nossa relevância geoestratégica no planeta, cujo futuro exige nova sensibilidade pela sustentabilidade da vida humana e da biodiversidade, atentas as consequências desta acelerada alteração climática que afeta o planeta, que afeta a vivência humana no planeta.

Orgulhosos, inscrevemos na nossa história os feitos que nos deram identidade.

Ambiciosos, assumimos o encargo de conduzir a nossa existência no futuro.

Com Autonomia!

Viva a Autonomia, vivam os Açores, viva Portugal!

*(Aplausos, de pé, dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, dos Membros do Governo e dos Deputados à Assembleia da República Ilídia Quadrado e Paulo Moniz)*



**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo Regional.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Excelência,

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, em representação de Sua Excelência O Senhor Presidente da Assembleia da República,

Excelentíssimo Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, Excelências,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores,

Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional dos Açores,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Regionais,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional dos Açores,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta,

Excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas,

Minhas Senhoras e meus Senhores, Açorianas e Açorianos,

Foi precisamente num sábado, há exatamente 45 anos, que decorreu a abertura oficial da Assembleia Regional dos Açores, numa Sessão Solene também presidida por Sua Excelência O Presidente da República, então o General Ramalho Enes, que na Sociedade Amor da Pátria iniciava assim a sua intervenção, e cito: “Esta cerimónia solene, sem precedentes na história destas terras portuguesas, inicia uma página nova na vida dos Açores e corresponde a uma esperança de raízes profundas e longínquas a que o 25 de abril abriu as portas da realidade”.

É esta “página nova na vida dos Açores” e dos açorianos que queremos hoje evocar aqui de forma solene, relendo-a, avaliando-a e perspetivando os caminhos de futuro que nos abriu.

Fazemo-lo hoje especialmente bem acompanhados com a presença de Sua Excelência, O Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, a quem agradeço e testemunho a prontidão, e o entusiasmo, com que recebeu o meu convite para presidir a esta Sessão Solene.

Sendo Vossa Excelência um dos Deputados Constituintes que, em abril de 1976, aprovou a Constituição da República Portuguesa em que ficou consagrada a autonomia político-administrativa das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a sua presença, Sr. Presidente, reveste-se ainda de maior significado, e por isso lhe agradeço em nome de todo o Povo Açoriano. Neste dia que é de todos nós, agradeço também aos que aqui nos honram com a sua presença e peço compreensão aos que, num cenário não pandémico, seriam naturalmente convidados para esta Sessão, designadamente os primeiros deputados eleitos há 45 anos, mas cujos condicionalismos deste tempo presente ainda não permitem.

Quero deixar ainda um cumprimento especial a Sua Excelência, O Vice-Presidente da Assembleia da República, aqui presente em representação do seu Presidente, reafirmando a nossa firme disposição de dar continuidade à frutuosa cooperação institucional que, registe-se, tem tido lugar entre as nossas Assembleias, de forma expedita e transparente.

Açorianas e Açorianos,

Hoje, nesta sessão solene em que assinalamos os 45 anos do nosso percurso autonómico, envio a todos uma saudação calorosa: aos que aqui vivem, aos que daqui partiram, mas continuam a ser nossos, e aos que aqui chegam, cada vez mais frequentemente, e que como Povo hospitaleiro recebemos sempre de braços abertos.

Em nome de todos nós, quero aqui prestar uma reconhecida e sentida homenagem a todos os Açorianos que, ao longo destes 45 anos, exerceram a Presidência dos órgãos de Governo Próprio da Região.

Assim, nas pessoas dos Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Álvaro Monjardino, Guilherme Reis Leite,

Humberto Melo, Dionísio Sousa, Fernando Menezes, Francisco Coelho e Ana Luís – e dos Antigos Presidentes do Governo Regional dos Açores – João Bosco Mota Amaral, Carlos César e Vasco Cordeiro – homenageio todos os que convosco idealizaram, lutaram, implementaram, e desenvolveram a nossa Autonomia.

Neste momento, invoco também respeitosamente a memória daqueles que, envolvidos nesta honrosa missão, infelizmente já não se encontram entre nós, em particular Alberto Romão Madruga da Costa, Antigo Presidente desta Assembleia e também do Governo Regional dos Açores, seguramente uma referência da Autonomia Regional dos Açores.

Senhor Presidente da República,

Idealizada para desenvolver as nove ilhas e construir uma verdadeira Região, passados 45 anos, podemos afirmar que esta Autonomia cumpriu os seus principais propósitos.

E esta é a melhor avaliação que poderíamos querer fazer.

Só quem não conheceu os Açores de há 45 anos, pode ter dúvidas sobre a utilidade e a importância da Autonomia Regional para a consolidação da nossa identidade e para o enorme salto verificado no desenvolvimento destas ilhas.

Aos críticos da Autonomia, ou do modo como ela tem sido conduzida, já dizia Onésimo Teotónio Almeida, que “a resposta é simples. Considerem a alternativa. E a alternativa seria regressarmos à situação anterior em que tudo era decidido em Lisboa. Infelizmente muitas vezes nem decidido era porque as soluções simplesmente nunca chegavam aos Açores”.

Aproximámos e unimos as ilhas que até então viviam de costas voltadas. Construámos modernas infraestruturas de toda a natureza. Garantimos progressos assinaláveis.

Com Autonomia, os Açorianos foram capazes de transformar os Açores numa região europeia moderna e atrativa.

O percurso feito orgulha-me. Deve orgulhar todos os Açorianos. E só pode orgulhar cada Português.

A Região Autónoma dos Açores, este Portugal insular que construímos e desenvolvemos com a Autonomia Regional, só pode ser motivo de orgulho! É evidente que não fizemos tudo bem. Temos a humildade de o reconhecer. Todavia, como Povo habituado a enfrentar tempestades, furacões, vulcões e tantas outras adversidades, aqui estamos dispostos a corrigir trajetórias, a refinar políticas e a recomeçar o que tiver de ser recomeçado.

No decurso destes 45 anos treinámos vezes demais essa nossa capacidade, essa têmpera, essa resiliência. Nunca desistimos!

Essas características estão novamente a ser postas à prova perante esta pandemia que nos assola. Ainda que desta vez tenhamos sido apanhados mais desprevenidos e sem as competências devidas neste domínio – situação que urge corrigir para o futuro – estou certo de que superaremos mais este constrangimento, com união, solidariedade e responsabilidade, coletiva e individual.

Senhor Presidente da República,

Minhas senhoras e meus senhores,

O patamar de desenvolvimento alcançado e a maturidade das instituições autonómicas, nos mais diversos momentos e quadros políticos, confirmam a Autonomia como um instrumento adequado, e alicerçam a nossa ambição de querer continuar a aperfeiçoá-la e aprofundá-la.

Nesta caminhada já tivemos vitórias e derrotas, recuos e incompreensões. Mas também nisto nunca desistimos. Persistimos e insistimos!

Estamos, mais do que nunca, profundamente convencidos de que este é o caminho. Afinal, a Autonomia é um processo dinâmico, em constante construção. Estamos a preparar novas conquistas e espero que, em breve, tenhamos o resultado desse trabalho.

A Autonomia que ainda ambicionamos não pretende tirar nada a ninguém. Nunca tirou! Acrescentou sempre e quer acrescentar ainda mais bem-estar e mais desenvolvimento.

O percurso feito, a experiência acumulada e a maturidade atingida, tornam absolutamente despropositados alguns receios e medos, infelizmente ainda vigentes.

A nossa Autonomia é filha da Democracia de abril. Ambas foram duramente conquistadas, não foram dádivas, pelo que devemos valorizá-las permanentemente e nunca esquecer que ambas se alimentam da participação e adesão dos cidadãos. Sem estas enfraquecem e enfrentam perigos, de que não faltam exemplos por essa Europa e Mundo fora.

Neste domínio, devemos agir, para não sermos obrigados a reagir.

O melhoramento e a criação de mecanismos que garantam a efetiva participação dos cidadãos na vida política, a eliminação da proibição de partidos regionais e a concretização do direito de iniciativa legislativa dos cidadãos junto da Assembleia Regional, constituem alguns dos objetivos determinantes para o fortalecimento da Autonomia e adesão dos cidadãos.

Essa reforma, no meu entendimento, está longe de se esgotar em mais competências ou densificação de outras, ou até mesmo na reconfiguração do sistema de governo, reforçando o seu carácter parlamentar.

Há uma componente dessa reforma que passa por mim, enquanto agente político, pela minha atuação, atitude e empenho nesta nobre missão de servir os Açorianos. Mas, não acaba na minha pessoa. Ela convoca e depende de todos os titulares dos órgãos de Governo Próprio, de quem se exige uma atuação próxima, transparente e eficiente.

Saibamos todos fazer a nossa parte. Esta é a nossa responsabilidade, é a responsabilidade de cada um de nós!

Senhor Presidente da República,

A Autonomia não desresponsabiliza ninguém. Como disse o Presidente Mota Amaral, na tomada de posse do primeiro Governo Regional, “a Autonomia

política e administrativa dos Açores é, pois, um compromisso que obriga o País inteiro, em especial os órgãos de soberania”.

Obriga-os e responsabiliza-os, digo eu, a assumirem e a cumprirem as suas obrigações na Região.

E se nos Açores também nos arrepiamos quando ouvimos a “Portuguesa”, perante os feitos da “Nação Valente”, por outro lado, ficamos desiludidos quando constatamos que algumas respostas do Estado tardam, ou nunca chegam.

Falo sobretudo da justiça e da segurança, apontando como exemplos a situação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, ou a crónica falta de recursos.

Falo de dois verdadeiros pilares da Autonomia Regional, a Universidade dos Açores e a RTP/Açores, que neste tempo de comemoração sempre enalteçemos.

Contudo, indigna-nos que a Universidade dos Açores seja discriminada, por exemplo, no acesso a fundos europeus, só pela sua localização, quando tal devia fundamentar, pelo contrário, uma discriminação positiva, por estar numa região ultraperiférica, reconhecida como tal pela União Europeia.

Revolta-nos que a RTP/A não seja dotada dos meios, designadamente humanos, para cumprir o necessário serviço público, que nestas ilhas tem um carácter ímpar e insubstituível. Não reconhecer isto revela um grande desconhecimento e insensibilidade. Mas mostra também o quanto é longo o caminho que ainda temos de percorrer para ver efetivamente reconhecidas as nossas diferenças.

Senhor Presidente da República,

Excelência,

Onésimo Teotónio Almeida, apropriando-se da metáfora da “jangada de pedra” criada por Saramago, escreveu, referindo-se à localização das nossas ilhas, que estas “pequenas nove jangadas de pedra que se largaram da Europa

e encailharam quase a meio caminho da América” dão dimensão marítima e centralidade atlântica a Portugal e à União Europeia.

Já Vitorino Nemésio havia imortalizado, de forma brilhante, essa visão, quando escreveu que “para nós a geografia vale tanto como a história”. E continua a ser assim!

As potencialidades geopolíticas e geoestratégicas são um ativo enorme dos Açores e de Portugal, e constituem um manancial de oportunidades para afirmação da nossa Autonomia. Tenhamos a inteligência de o perceber e a coragem e o engenho de encetar esse caminho.

O Presidente Álvaro Monjardino disse-o ao Senhor Presidente da República, na sessão solene de há 45 anos: “Sentimo-lo e dizemo-lo Senhor Presidente. Hoje, mais do que nunca, Portugal precisa dos Açores”.

E hoje, Senhor Presidente, acrescento: com os Açores, Portugal vale mais, muito mais, na geopolítica e na economia global do futuro.

Açorianas e Açorianos,

A Autonomia tem de responder aos desafios da contemporaneidade por mais complexos que eles sejam, desde o mar, ao espaço, à demografia, passando pela transição digital, pelas alterações climáticas ou pela educação.

Vivemos, pois, Senhoras e Senhores Deputados, tempos novos também nos Açores.

Um tempo envolto em incertezas, recheado de oportunidades, que exigem muito dos Órgãos de Governo Próprio da Região. Mas estamos proibidos de desistir!

Vamos continuar, com orgulho no percurso feito ao longo destes 45 anos, com humildade de corrigir o que fizemos menos bem e com ambição de fazermos cada vez melhor.

Pela nossa Autonomia! Pelos nossos Açores!

Disse.

*(Aplausos da câmara e dos convidados)*

**Presidente:** Vai usar da palavra Sua Excelência O Senhor Presidente da República.

(\*) **Presidente da República** (*Marcelo Rebelo de Sousa*): Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, por si, em representação do Senhor Presidente da Assembleia da República,

Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores,

Senhor Presidente do Governo Regional,

Senhor antigo e sempre Presidente da Assembleia da República e do Governo Regional,

Senhor Conselheiro de Estado e antigo e sempre Presidente do Governo Regional,

Senhora e Senhores antiga e antigos e sempre Presidente da Assembleia Legislativa Regional e do Governo Regional, em particular, primeiro Presidente da Assembleia Legislativa no início da Autonomia que hoje celebramos,

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República e à Assembleia Regional,

Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional,

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta,

Ilustres Autoridades,

Açorianas e Açorianos, queridas e queridos compatriotas,

Neste instante de celebração do passado, do presente e do futuro, três são as ideias que atravessam o pensamento do único Presidente da República Portuguesa a ter a honra de votar, vai para meio século, na generalidade, na especialidade e na votação final global a constituição que abriu caminho à Autonomia dos Açores como também da Madeira. E que acompanhou, muito de perto, a diversos títulos, as Revisões Constitucionais de 1982 e 1997, sempre defendendo, então, quando era mais difícil, como hoje, que, aqui,



como na Madeira, como no mais recôndito recanto continental, como nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, aqui é, e será sempre, também Portugal.

Primeira ideia: a Autonomia foi uma conquista dos açorianos, tal como dos madeirenses. Não foi uma condescendente benesse de ninguém.

Segunda ideia: a unidade nacional só é plena, porque Açores e Madeira são autónomos.

Terceira ideia: unidade e Autonomia são, como tudo na vida, feitas e refeitas, dia após dia, obra sempre inacabada, sempre atenta a novos tempos e a novos desafios.

A Autonomia não foi uma condescendente benesse de ninguém, uma prodigalidade momentânea, ou uma generosa outorga de ocasião, ou mesmo de horizonte mais vasto.

A Autonomia fez-se, ao longo de séculos, na solidão, na distância, na sensação do esquecimento, na resistência sem quebras, na subsistência dolorosa, na emigração forçada, na determinação porfiada, na vontade de não ceder, de não vergar, de não desistir.

Nos Açores, tudo ainda mais vivo e agreste, no número e diversidade das ilhas, na lonjura da atenção continental, dir-se-ia mesmo imperial.

Projetou-se, de modo especial, na beleza estoica dos seus escritores, testemunhas autênticas de tantas desilusões, tantas frustrações, tantos agravos, mas também de tantos ideais, tantos sonhos, tantos anseios.

A Autonomia foi aqui, tempo após tempo, obra das açorianas e dos açorianos, como o foi noutra forma de ser e de viver das e dos madeirenses. Aqui, dos Açorianos!

Digo e repito: o que o todo nacional votou, em 1975 e 1976, limitou-se a acolher uma saga sem fim, uma conquista arrancada contra o vento, contra uma história que alguns quereriam inamovível.

Uma saga que prosseguiu ao longo de 45 anos, em sonhos e em obras, fazendo da Autonomia um pilar essencial do nosso estado de Direito, da nossa Democracia, da nossa pátria.

Uma Autonomia sem a qual a unidade nacional teria sido e será manca, imperfeita e injusta, por isso nunca entendi os unitaristas temores da Autonomia, inseguros ou intolerantes perante ela.

Tal era já incompreensível em adventos democráticos, mais o é em clima da proximidade, da participação, de abertura, da transparência, do sublinhado às pessoas, às pessoas concretas de carne e osso, não à pessoa abstrata alibi de todas as tentações anti personalistas.

Regresso ao que tenho dito sem cessar:

Açores ou Madeira sem Portugal não seriam Açores ou Madeira!

Portugal sem Açores ou Madeira, e as suas autonomias, não seria Portugal!

Menos ainda um Portugal pleno e democrático!

Mas a história, porque mutante, aquela que verdadeiramente permanece, não a que alguns gostariam que ficasse hirta, rígida, inflexível, essa história é feita, e refeita, dia após dia, sempre a pensar na vida concreta das pessoas, agora à saída de tão dura pandemia, na sua saúde, na sua educação, no seu emprego, no seu salário, na sua pensão, nas suas micro, pequenas e médias empresas, nas suas desigualdades, nas suas aspirações, sempre a desejar e a exigir mais e melhor e para isso fazendo e refazendo a história, até porque os desafios são outros e as respostas também, e recriar é próprio da inventiva humana, refletindo, revendo, melhorando, densificando, aprofundando, no estravejamento jurídicos e políticos, como nas finanças, na economia, na educação na sociedade. Quando, como, com que alcance, só a experiência quotidiana no-lo tem ensinado e sempre ensinará. A todas as instituições, as da República e as regionais, e também e em particular na Assembleia da República aqui tão qualificada e simbolicamente representada pelo seu Vice-Presidente.

Açorinas e Açorianos, queridas e queridos compatriotas:

Hoje, dia maior da vossa Autonomia, celebrada no órgão cimeiro do vosso poder autonómico, a Assembleia Legislativa, a todos e todos saúdo, a todas e todos felicito, a todas e todos agradeço emocionado, a todas e todos, parlamentares e governantes, mas acima de tudo ao povo açoriano, aquele que aqui vive e aquele que está repartido pelo mundo.

E porque açoriano, orgulhosamente português, vos testemunho o mesmo empenho, a mesma capacidade de sonhar, a mesma certeza num futuro mais livre, mais democrático, mais justo, a mesma postura que tinha há 45 anos para os Açores e para todas e todos Açorianos. A mesma, não! Redobrada pela responsabilidade da função exercida.

Como cidadão que votou muito jovem a Autonomia, hoje solenemente celebrada, como Presidente da República Portuguesa, em nome de todos os portugueses, com o orgulho imenso tido relativamente aos Açores, às Açorianas e aos Açorianos.

Viva para sempre a Autonomia!

Vivam para sempre os Açores!

Viva para sempre Portugal!

*(Aplausos de pé da câmara e dos convidados)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Presidente da República.

Renovando os nossos agradecimentos pela vossa presença, em nome de Sua Excelência, O Senhor Presidente da República, declaro encerrada a Sessão Solene Evocativa dos 45 Anos da Autonomia dos Açores.

*(Foram ouvidos os Hinos Regional e Nacional)*

*Eram 13 horas e 30 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo orador

**A redatora:** Conceição Branco